



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

Parecer Jurídico

PJ Nº: 29768/CONJUR/GABSEC/2021

INFORMAÇÕES GERAIS DO PROTOCOLO

Protocolo

- Número: 2020/0000027069

- Data Protocolo: 28/09/2020

Empreendimento

- Nome/Razão Social/Denominação: MARIO SERGIO CARDOSO MELO

Assunto

ÁREA DE RESERVA LEGAL – ARL

ANÁLISE JURÍDICA

EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL DESMATAMENTO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – APP, ÁREA DE RESERVA LEGAL – ARL, SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE ART. 41 DO DECRETO FEDERAL N. 9.605/1998 E ART. 118, INCISOS I E VI DA LEI ESTADUAL N. 5.887/1995. PROCEDÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO.

1. RELATÓRIO

Em 14/08/2020, esta SEMAS, por meio do técnico responsável, lavrou o Auto de Infração: AUT-2-S/20-08-00381/2020/GEFLOR, em face de MÁRIO SÉRGIO CARDOSO MELO, CPF nº 841.217.262-00, já devidamente qualificado, por provocar incêndio 1.880,309 há de mata ou floresta, sem autorização do órgão ambiental competente, contrariando, em tese, o art. 41 do Decreto Federal nº 9.605/1998, enquadrando-se nos ditames do art. 118, incisos I e VI da Lei Estadual n. 5.887/1995, em consonância com o art. 70 da Lei Federal n. 9.605/1998.



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 29768/CONJUR/GABSEC/2021

Segundo o Relatório de Fiscalização: REF-2-S/20-09-00410, foi instituída por meio do Decreto Estadual nº 551/2020 a Força Estadual de Combate ao Desmatamento no Estado do Pará, sob a coordenação da SEMAS, com o apoio dos demais órgãos estaduais: Instituto de Desenvolvimento Florestal da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio); Defesa Civil; Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA); Polícia Militar do Pará (PM/PA); e Polícia Civil do Estado do Pará (PCPA), força tarefa integrada, com fins de intensificar a presença do Estado, visando garantir que atividades consideradas efetivas ou potencialmente causadoras de significativa degradação ao meio ambiente sejam realizadas mediante licenciamento e/ou autorização do Órgão Ambiental competente, bem como fazer cumprir o que determina a normatização ambiental federal e estadual vigente.

De acordo com o Relatório de Fiscalização, no dia 11/09/2020, a equipe da SEMAS/PA, juntamente com os órgãos integrantes da Força Tarefa, se deslocaram ao polígono identificado pela base do CIMAM, sob o registro do CAR nº PA- 1503606-094A.5A13.37AB.4DFA.AD72.EBCD.C610.4225, CODLIST 5973, cadastrado em nome de MÁRIO JÚNIOR ANTUNES MELO - propriedade denominada Fazenda Nova Esperança, localizada cerca de 100 km da sede do Município de Novo Progresso-PA, onde foi constatado pelos agentes de fiscalização a existência de desmatamento de 1.880,309 há de mata ou floresta em Área de Preservação Permanente – APP, Área de Reserva Legal - ARL (coordenadas S 06°37'17,04" e W 55°13'23,84"), sem autorização do órgão ambiental competente, apurando-se durante a operação que o desmatamento era comandado e financiado pelo autuado, razão da lavratura do Auto de Infração: AUT-2-S/20-08-00381/2020GEFLOR, em face de MÁRIO SÉRGIO CARDOSO MELO (VULGO BARÃO), sobrinho de MÁRIO JÚNIOR.

Notificado pessoalmente do o Auto de Infração: AUT-2-S/20-08-00381, lavrado *in loco*, bem como do prazo de 15 dias para apresentação de defesa, tendo se recusado a assinar o auto de infração, mas, recebendo o instrumento de fiscalização em mãos, o autuado apresentou tempestivamente Defesa Administrativa por meio do Documento nº 2020/23786, alegando o seguinte:



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 29768/CONJUR/GABSEC/2021

- a) que o incêndio foi cometido por invasores;
- b) Pede a nulidade do auto de infração alegando cerceamento de defesa.

É o relatório. Passo a fundamentação.

2. ANÁLISE JURÍDICA

2.1. DA PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Na legislação pátria, ao meio ambiente é dispensado um tratamento singular, fundado sobremaneira no princípio do desenvolvimento sustentável, amparado em normas destinadas à garantia do acesso equitativo aos recursos naturais e em postulados como os do usuário-pagador, do poluidor-pagador, da prevenção do dano ambiental e da participação popular.

A Carta Constitucional de 1988, em seu art. 225, *caput*, consolida o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Nesse sentido, Maria Sylvia Di Pietro (Direito Administrativo, 30ª edição, editora Forense, 2017, p. 916-917) qualifica de modo implícito o meio ambiente, configurando-o como um bem fora do comércio jurídico de direito privado, não podendo, desta feita, ser objeto de qualquer relação jurídica de direito privado, revestindo-o em uma redoma de inalienabilidade, imprescritibilidade, impenhorabilidade e de vedação à oneração.

Para assegurar a efetividade desse direito, nos moldes do §1º, VII, do dispositivo derivado da Carta Magna mencionado, incumbe ao Poder Público proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco a sua função



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 29768/CONJUR/GABSEC/2021

ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

Tratando da proteção ao meio ambiente, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 23, VII, consubstancia o dever de todos os entes federativos, **incluindo os Estados**, em preservar as florestas, a fauna e a flora.

Em sede infraconstitucional, a Lei nº. 6.938/81, instituidora da PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente, no art. 6º, V, atribui a esta Secretaria Estadual, enquanto órgão seccional, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente, a obrigação de conservar e preservar os recursos naturais.

2.2. DA INFRAÇÃO E DA TIPIIFICAÇÃO DA CONDUTA

O Auto de Infração descreve corretamente, de forma precisa e clara a infração ambiental cometida, cumprindo todas as formalidades legais exigidas ao caso, não ofendendo nenhum princípio que viesse a lhe prejudicar a legitimidade.

Além disso, salientamos que tanto o Auto de Infração quanto o procedimento realizado por esta Secretaria de Estado, que indicaram a ilegalidade na ação do autuado, estão fundamentados e de acordo com os ditames legais que regem a matéria fornecendo, portanto, o devido alicerce a esta análise, bem como à autuação.

Quanto as alegações do autuado, Senhor MÁRIO SÉRGIO CARDOSO MELO, não tem como como prosperar, pois, em nenhum momento foi cerceado seu direito ao contraditório e ampla defesa, haja vista que o mesmo ficou ciênte do Auto de Infração: AUT-2-S/20-08-00381/2020/GEFLOR e do prazo de 15 (quinze) dias para recorrer, tanto é, que apresentou tempestivamente sua defesa, conforme demonstra o Documento nº 2020/23786, desprovida de provas que sustente as demais queixas formuladas em sua petição.

Ademais, nos termos do art. 120, §2º da Lei nº 5.887/95, a configuração da infração ambiental pressupõe o nexo causal entre a ação ou omissão do infrator e o dano.



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 29768/CONJUR/GABSEC/2021

No caso, foi constatado *in loco* pelos agentes de fiscalização da SEMAS a existência de desmatamento de 1.880,309 há de mata ou floresta em Área de Preservação Permanente – APP, Área de Reserva Legal - ARL, sem autorização do órgão ambiental competente, no polígono identificado pela base do CIMAM, sob o registro do CAR nº PA-1503606-094A.5A13.37AB.4DFA.AD72.EBCD.C610.4225, CODLIST 5973, cadastrado em nome de MÁRIO JÚNIOR ANTUNES MELO - propriedade denominada Fazenda Nova Esperança, localizada cerca de 100 km da sede do Município de Novo Progresso-PA (coordenadas S 06°37'17,04" e W 55°13'23,84"), apurando-se durante a operação que o desmatamento era comandado e financiado pelo autuado, razão da lavratura do Auto de Infração: AUT-2-S/20-08-00381/2020GEFLOR, em face de MÁRIO SÉRGIO CARDOSO MELO (VULGO BARÃO), sobrinho de MÁRIO JÚNIOR.

Assim, com base nas informações do auto de infração e do relatório de fiscalização, o autuado infringiu os dispositivos a seguir elencados:

Decreto Federal n. 9.605/1998

Art. 41. Provocar incêndio em mata ou floresta:

Pena - reclusão, de dois a quatro anos, e multa.

Parágrafo único. Se o crime é culposos, a pena é de detenção de seis meses a um ano, e multa.

Lei Estadual n. 5.887/1995

Art. 118. Considera-se infração administrativa qualquer inobservância a preceito desta Lei, das Resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente e da legislação ambiental federal e estadual, especialmente as seguintes:

I – construir, instalar, ampliar ou fazer funcionar em qualquer parte do território do Estado, estabelecimentos, obras e atividades utilizadoras de recursos ambientais considerados, comprovadamente, efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, também, comprovadamente, sob qualquer forma de causar degradação ambiental, sem o prévio licenciamento do órgão ambiental ou com ele em desacordo;

(...)



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 29768/CONJUR/GABSEC/2021

VI – desobedecer ou inobservar normas legais ou regulamentares, padrões e parâmetros federais ou estaduais, relacionados com o controle do meio ambiente.

Lei Federal n. 9.605/1998

Art. 70. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

Evidenciada está, portanto, a **procedência** do Auto de Infração lavrado contra o autuado, visto que foi verificado desmatamento em área de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente.

2.3. DA GRADAÇÃO DA PENA

Para a imposição da pena e sua gradação, a autoridade ambiental deverá observar as circunstâncias atenuantes e agravantes, a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para o meio ambiente e os antecedentes do infrator quanto às normas ambientais vigentes, nos termos do art. 130 da Lei Estadual 5.887/1995.

A Lei nº 5.887/1995 impõe que seja pautada a atuação do administrador público, quando da prescrição da multa, nos **princípios da razoabilidade e proporcionalidade**, guardando, então, uma proporção adequada entre os meios que emprega e o fim desejado pelo diploma legal.

Urge também que seja considerado, no estabelecimento do valor pecuniário, **os princípios da educação ambiental e da prevenção, instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente – art. 2º, X, da Lei nº. 6.938/81**, utilizando-se a aplicação da multa como um modo de reeducar os representantes legais da infratora das normas ambientais, incutindo-lhes a consciência ecológica necessária ao repúdio de ulteriores atitudes divergentes dos mandamentos legais aplicáveis ao caso.

Celso Antonio Pacheco Fiorillo, em seu *Curso de Direito Ambiental Brasileiro* (14ª edição, editora Saraiva, 2017, p. 68), destaca que a legislação severa, que



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 29768/CONJUR/GABSEC/2021

imponha multas e sanções mais pesadas, funciona também como instrumento da efetivação da prevenção. Desta forma, é imprescindível que se leve em conta o poder econômico do poluidor, devendo as penalidades estarem atentas aos benefícios experimentados com a atividade e o lucro obtido à custa da inobservância das normas ambientais.

Analisando o presente caso, verificou-se a existência de atenuante prevista no art. 131, inciso VI, da Lei Estadual nº 5.887/1995, por ter o menor grau de compreensão e escolaridade do infrator e por ter o infrator colaborado com os agentes encarregados da fiscalização e do controle ambiental. Por outro lado, verificou-se a existência de circunstância agravante descrita no art. 132, Incisos I, II, IV, V e VI do mesmo Diploma legal, por ser o infrator reincidente ou cometer a infração de forma continuada; por ter o infrator agido com dolo; por ter a infração resultado consequências graves para o meio ambiente ou para a saúde pública; por ter os efeitos da infração terem atingido áreas sob proteção legal; por ter o infrator cometido a infração para obter vantagem pecuniária, haja vista que **o desmatamento atingiu áreas protegidas pela legislação, qual seja, a área de reserva legal da propriedade.**

Portanto a infração aqui analisada é caracterizada em **GRAVÍSSIMA**, conforme dispõe o art. 120, III, da Lei nº 5.887/1995, pelo que, nos termos dos arts. 119, II, e 122, III, dessa Lei, recomenda-se a este Órgão Ambiental aplicar a penalidade de multa fixada em **500.000** vezes o valor nominal da **UPF-PA**.

3. DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, recomendo a manutenção do **Auto de Infração: AUT-2-S/20-08-00381/2020/GEFLOR**, lavrado em face de **MÁRIO SÉRGIO CARDOSO MELO, CPF nº 841.217.262-00**, devido a constatação de infração consistente no art. 41 do Decreto Federal nº 9.605/1998, enquadrando-se nos ditames do art. 118, incisos I e VI da Lei Estadual n. 5.887/1995, em consonância com o art. 70 da Lei Federal n. 9.605/1998, considerada pela Consultoria Jurídica como GRAVÍSSIMA, **sugerindo que seja aplicada a penalidade de**



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 29768/CONJUR/GABSEC/2021

Multa Simples no valor de 500.000 UPF'S, cujo recolhimento deverá ser providenciado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da ciência de sua imposição, de acordo com o previsto nos arts. 115; 119, II; 120, III; 122, III, todos da Lei Instituidora da Política Estadual do Meio Ambiente.

Com efeito, recomenda-se que o autuado seja notificado para, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, **apresentar um plano de Recuperação da Área Degradada/alterada - PRADA ou comprovar as medidas mitigadoras do dano ambiental detectado**, sob pena de nova autuação por infração continuada, com multa diária desde já arbitrada no valor de 9.000 UPF's, durante o período de 30 (trinta) dias, conforme prevê o art. 122, § 4º e seguintes da Lei Estadual nº 5.887/1995.

Ademais, sugerimos procedimento para pagamento de reposição florestal e/ou estorno de créditos, caso necessário, a ser efetivado pela GESFLORA.

Por fim, sugere-se o envio dos autos à DIFISC, para realização de vistoria in loco com fins de verificar a gravidade da situação da área desmatada em APP de 1.880,309 há de mata ou floresta, pertence A FAZENDA NOVA ESPERANÇA, haja vista possuir Área de Reserva Legal e APP, inclusive, apurar e quantificar possíveis danos ao meio ambiente.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Analista: Selma Pinto

IDEMAR CORDEIRO PERACCHI
Procurador do Estado
CONJUR/SEMAS

Belém - PA, 22 de Março de 2021.



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 29768/CONJUR/GABSEC/2021

Assinado eletronicamente. A assinatura digital pertence a:

- Idemar Cordeiro Peracchi 22/03/2021 - 10:53;

conforme horário oficial de Belém. A autenticidade deste documento pode ser conferida no endereço: <https://titulo.page.link/2BJc>

